



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0600231-37.2021.6.00.0000
(PJe) - SÃO PAULO - SÃO PAULO**

RELATOR: MINISTRO LUIZ EDSON FACHIN

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEMONSTRATIVO DE REGULARIDADE DE ATOS PARTIDÁRIOS. REGISTRO DE CANDIDATURA. DADOS DE PESSOAS CANDIDATAS. PUBLICIZAÇÃO. PLATAFORMA DIVULGACANDCONTAS. AJUSTES DECORRENTES DO ADVENTO DA LEI Nº 13.709/2018 (LGPD). PÁGINA INICIAL DE CONSULTA DA PLATAFORMA. ART. 11 DA LEI Nº 9.504/1997 E ART. 27 DA RES.-TSE Nº 23.609/2019. DADOS PESSOAIS REGISTRADOS E DOCUMENTOS COM DADOS PESSOAIS ACOSTADOS AO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE). ART. 11, § 6º, DA LEI Nº 9.504/1997. ATAS DE CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS. CERTIDÕES DE

ANTECEDENTES CRIMINAIS. RELAÇÃO DE BENS. ART. 27, I, DA RES.-TSE Nº 23.609/2019. FINALIDADE DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS. INFORMAR O ELEITORADO E GARANTIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL *LATO SENSU*. OBSERVÂNCIA. ADOÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE APERFEIÇOAMENTO NA PUBLICIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS. CULTURA DE PROTEÇÃO DE DADOS EM CONSTRUÇÃO. PUBLICIZAÇÃO DOS DADOS DE PESSOAS CANDIDATAS, ELEITAS OU NÃO, NÃO DEVE ESTAR SUJEITA A RECORTE TEMPORAL. APRIMORAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

1. A Plataforma DivulgaCandContas é mantida permanentemente pela Justiça Eleitoral e tem por escopo publicizar informações acerca dos atos partidários (Atas, Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários – DRAPs, etc), dados pessoais das candidatas e candidatos e das candidaturas (prestações de contas).

2. A página principal do ambiente de consulta dos Requerimentos de Registro de Candidatura (RRCs) assim se apresenta: i) constam foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre, *site* das candidatas e candidatos. Há também a indicação dos limites legais de gastos para 1º e 2º turnos; ii) há *links* de

consulta para a “lista de bens declarados” e “eleições anteriores”; iii) no campo “documentos” estão relacionadas a proposta de governo e as certidões de antecedentes criminais apresentadas com o Requerimento de Registro de Candidatura; iv) estão disponibilizados *links* que direcionam ao processo de registro do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários, aos autos de processo de registro da candidatura e de processo de prestação de contas, todos no Processo Judicial Eletrônico. O acesso às peças e documentos acostados a tais processos é amplo; v) no caso das candidaturas majoritárias, há indicação do Vice/Suplente, com possibilidade de optar pelo acesso aos respectivos dados.

3. Existe vinculação da publicação dos dados pessoais constantes da página inicial de consulta da Plataforma DivulgaCandContas (disponibilizados à Justiça Eleitoral por força do previsto no art. 11 da Lei nº 9.504/1997 e no art. 27 da Res.-TSE nº 23.609/2019 e consistentes em foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre, *site* das candidatas e candidatos) à finalidade de informar o eleitorado e de garantia de transparência e integridade do processo eleitoral de registro de candidatura.

4. Situação distinta se coloca a partir da análise da extensão da publicização de dados pessoais no sistema Processo Judicial Eletrônico, em que estão amplamente

disponibilizadas, por conta do que preconiza o art. 11, § 6º, da Lei nº 9.504/1997, informações de documento de identificação pessoal, de endereços residenciais, contatos telefônicos particulares, endereços de *e-mail*, extrapolando-se o cumprimento do dever de transparência para com o eleitorado, em possível contexto de insegurança e vulnerabilidade àqueles cujos dados foram expostos.

5. Também nas atas de convenções partidárias por vezes são consignados dados pessoais que excedem as informações de registro obrigatório no documento, na forma do que estabelece o art. 7º da Res.-TSE nº 23.609/2019, assim como nas certidões de antecedentes criminais, que hoje não adotam formato padronizado.

6. Ferramentas de inteligência artificial que permitem o mascaramento de dados e/ou de pseudoanonimização são aplicáveis ao propósito de restringir a publicização excessiva de dados pessoais, com supressão, na íntegra ou parcialmente, de dados que não estejam alinhados com as finalidades referenciadas.

7. No tocante à relação de bens que deve ser apresentada junto com o RRC, a própria Res.-TSE nº 23.609/2019, em seu art. 27, I, já definiu padrão mais enxuto do documento, o qual deve se limitar à indicação do bem e do valor declarado perante a Receita Federal.

8. Para todos os submetidos à vigência da LGPD impõe-se a árdua missão de reflexionar sobre a nova leitura a se imprimir a máximas e

conceitos há muito estabelecidos, em vista da concepção de novas garantias bastante atreladas à marcante disrupção tecnológica que se observa nas últimas cinco décadas e que gerou impactos espraiados para toda a dinâmica social.

9. Hoje, na realidade da administração pública, dissemina-se a “providência zero” voltada à ponderação e à equalização entre os imperativos de transparência e garantia de controle social quanto ao trato da *res publica* e à adoção de mecanismos e ferramentas que salvaguardem os interesses de titulares de dados pessoais, a qual não pode buscar respostas binárias ou excludentes, mas que se deve voltar, sobremaneira, a calibrar e balancear dispositivos de leis que, em condições de igualdade, estão em harmonia com o texto constitucional.

10. A Justiça Eleitoral opera tratamento de dados pessoais no exercício de todas as suas competências e mantém bancos que revestem magnitude até mesmo no plano internacional. O repositório de dados de eleições (hoje hospedado no Portal de Dados Abertos do TSE) representa valioso arquivo da vida política de todo o país e que serve à sociedade como um todo (para além da utilidade mais proximamente atrelada às funções de historiadores, estatísticos e da mídia em geral).

11. Não parece razoável impor limitações no acesso a tais dados, quer se refiram a candidatos eleitos ou não eleitos, com fixação de recortes temporais para que as informações referentes a candidaturas sigam expostas por um determinado intervalo temporal. A pavimentação do caminho de balanceamento

entre a transparência e a proteção de dados pode até indicar, mais adiante, que tal providência se faça necessária. Porém, observando que o processo eleitoral relaciona-se com o amadurecimento democrático, apenas com o aprimoramento e a verticalização dos debates atinentes à temática é que será possível adotar alternativa de viés mais limitador.

12. As propostas suscitadas intentam aprimorar a jurisprudência que vem se consolidando nesta Corte quanto aos pedidos de retirada de dados da plataforma DivulgaCandContas, a exemplo dos apreciados no acórdão proferido no PA nº 0600448-51.2019, de relatoria do Ministro Og Fernandes, e mesmo nestes autos. Uma vez efetuados os ajustes alvitados, em especial quanto aos documentos lançados no PJe (inclusive certidões de antecedentes criminais), operando-se tarjamento/pseudoanonimização de dados, quedarão disponibilizados dados essencialmente relacionados à dinâmica do processo eleitoral de registro de candidatura e à manutenção de uma série histórica de importância indiscutível para toda a sociedade.

13. Impõem-se a manutenção da publicização dos dados pessoais de candidatas e candidato que hoje constam da plataforma DivulgaCandContas (foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre) e a averiguação, com a urgência que a situação requer, de padrões para contratação

de ferramentas de mascaramento/pseudoanonimização de dados pessoais, com atuação do Grupo Técnico – Inteligência Artificial – constituído pela Presidência desta Corte pela Portaria nº 156/2021. Efetuadas tais providências, devem ficar disponibilizados na plataforma todos os dados de candidaturas. O formato da declaração de bens deve ser mantido nos moldes encartados no art. 27, I, da Res.-TSE nº 23.609/2019. Não se deve impor recorte temporal à divulgação dos dados e informações nos parâmetros propostos, sem prejuízo de possível revisitação do tema à vista dos desdobramentos que advenham da implementação das diretrizes da LGPD e da possibilidade de serem idealizadas e implementadas outras ferramentas de aperfeiçoamento da plataforma DivulgaCandContas.

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Trata-se de requerimento formulado por Luciano Reginaldo Fulco – candidato que alcançou a condição de suplente do cargo de vereador no Município de Guarulhos/SP, nas eleições de 2020 – perante a 176ª Zona Eleitoral dessa localidade e encaminhado ao TSE pelo TRE/SP.

Em sessão de 30 de novembro de 2021, este Tribunal, à unanimidade, deferiu o pedido de retirada dos dados pessoais do requerente da plataforma DivulgaCandContas.

O acórdão também contemplou deliberações para realização de mapeamento da finalidade e adequação a que está atrelado o tratamento de dados pessoais no processo eleitoral de registro de candidatura, a fim de apurar quais deveriam efetivamente ser objeto de coleta e de eventual difusão (e durante qual período), à luz da necessidade de resguardo dos dados pessoais. Ademais, o *decisum* assenta que as providências deveriam estar orientadas à necessidade de resguardo da transparência do processo, a assegurar o acesso às informações essenciais à formação da convicção do eleitorado, à atuação dos legalmente legitimados à defesa da legitimidade e normalidade do pleito, bem como à atuação dos meios de comunicação.

Em atendimento à determinação, o GT-CAND elaborou informações, acostadas aos autos do Processo SEI nº 2021.00.000010062-5, que trata de tema correlato ao versado nestes autos, em que foram consignados encaminhamentos necessários à observância das diretrizes básicas da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – no processo eleitoral de registro de candidatura (Despachos 1935775 e 1997419).

Ante a relevância do tema e em vista da determinação, no aresto, de chamamento da sociedade civil e entidades interessadas, convocou-se audiência pública, para oitiva de órgãos, entidades, pesquisadores e especialistas dos temas, que detivessem atuação afinada às questões postas a debate, com publicação de respectivo edital.

No ato convocatório de tal ato, foram chamadas a participar/colaborar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP), o Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE), o Data Privacy Brasil, o InternetLab, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, o Ministério Público Eleitoral e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para além disso, foi concedido prazo para inscrição de interessados, que atendessem a requisitos explicitados no edital, restando deferidos os pedidos de inscrição apresentados por: Daniel Falcão, Patrícia Peck, Instituto Legal Grounds, Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA), Instituto Liberdade Digital, Transparência Brasil, Transparência Eleitoral Brasil, Open Knowledge Brasil.

Nos dias 2 e 3 de junho, realizou-se a audiência pública, a qual foi segmentada em quatro blocos, ao longo dos quais foram abordadas as quatro questões lançadas no despacho convocatório: i) Há necessidade de operar ajustes na plataforma DivulgaCandContas e no sistema Processo Judicial Eletrônico quanto à extensão da publicização do trâmite dos processos de registro de candidatura e de demonstrativo de regularidade de atos partidários? Em caso de resposta positiva, quais seriam eles? ii) Há necessidade de reconsiderar o acesso ao teor das certidões criminais disponibilizadas na plataforma DivulgaCandContas, inclusive no período para além do “período crítico eleitoral” (do início da campanha até a data da eleição)? iii) Há necessidade de inibir a publicização na plataforma DivulgaCandContas de algum(ns) dado(s) pessoal(is) titularizado(s) pelo(a) requerente do registro de candidatura? Em caso de resposta positiva, quais seriam eles? iv) Há necessidade de operar ajustes ou de inibir a publicização na plataforma DivulgaCandContas de informações atinentes ao campo “Lista de Bens Declarados”?

Na sequência, disponibilizou-se prazo para apresentação por escrito das contribuições.

A degravação dos trabalhos está acostada aos autos do Processo SEI nº 2022.00.000004605-7, Documento 2069717.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (Presidente e Relator): Os autos retornam para julgamento, agora guarnecidos pelas conclusões alcançadas pelo GT-Cand e pelas proposições expostas pelos participantes da audiência pública.

De início, cumpre rememorar que o deslinde deste feito relaciona-se com a análise dos possíveis impactos do advento da Lei Geral de Proteção de Dados no processo eleitoral de registro de candidatura e com o endereçamento das questões detectadas.

A Plataforma DivulgaCandContas é mantida permanentemente pela Justiça Eleitoral e tem por escopo publicizar informações acerca dos atos partidários (Atas, Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários – DRAPs, etc), dados pessoais das candidatas e candidatos e das candidaturas (prestações de contas).

Tais dados aportam à Justiça Eleitoral por força do disposto no art. 11 da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições):

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

- I - cópia da ata a que se refere o art. 8º;
- II - autorização do candidato, por escrito;
- III - prova de filiação partidária;
- IV - declaração de bens, assinada pelo candidato;
- V - cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;
- VI - certidão de quitação eleitoral;
- VII - certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII - fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

IX - propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009).

Calha ainda apontar as disposições da Res.-TSE nº 23.609/2019 que também versam sobre o tema:

Art. 27. O formulário RRC deve ser apresentado com os seguintes documentos anexados ao CANDex:

I - relação atual de bens, preenchida no Sistema CANDex de forma simplificada, contendo a indicação do bem e seu valor declarado à Receita Federal, dispensando-se a inclusão de endereços de imóveis, placas de veículos ou qualquer outro dado pormenorizado. (Redação dada pela Resolução nº 23.675/2021)

II - fotografia recente da candidata ou do candidato, inclusive vice e suplentes, observado o seguinte (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, VIII):

a) dimensões: 161 x 225 pixels (L x A), sem moldura;

b) profundidade de cor: 24bpp;

c) colorida, com cor de fundo uniforme; (Redação dada pela Resolução nº 23.675/2021)

d) características: frontal (busto), com trajés adequados para fotografia oficial, assegurada a utilização de indumentária e pintura corporal étnicas ou religiosas, bem como de acessórios necessários à pessoa com deficiência; vedada a utilização de elementos cênicos e de outros adornos, especialmente os que tenham conotação de propaganda eleitoral ou que induzam ou dificultem o reconhecimento do candidato pelo eleitorado;

III - certidões criminais para fins eleitorais fornecidas (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 1º, VII):

a) pela Justiça Federal de 1º e 2º graus da circunscrição na qual a candidata ou o candidato tenha o seu domicílio eleitoral;

b) pela Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição na qual a candidata ou o candidato tenha o seu domicílio eleitoral;

c) pelos tribunais competentes, quando as candidatas ou os candidatos gozarem de foro por prerrogativa de função;

IV - prova de alfabetização;

V - prova de desincompatibilização, quando for o caso;

VI - cópia de documento oficial de identificação;

VII - propostas defendidas pela candidata ou pelo candidato aos cargos de presidente, governador e prefeito.

Portanto, toda pessoa pretensa candidata deve disponibilizar à Justiça Eleitoral uma gama de informações que perpassa dados pessoais, e assim procede não por força de seu consentimento, mas sim para observar os ditames constitucionais e legais que fixam os pressupostos de registrabilidade e as condições de elegibilidade a serem atendidas pelos que intentam se lançar nas corridas eleitorais e para demonstrar a não incidência de causas de inelegibilidade na hipótese (arts. 7º, II, e 11, II, *a*, da Lei nº 13.709/2018).

Ao apresentarem os Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAPs) e os Requerimentos de Registro de Candidatura (RRCs), os partidos, as coligações e federações fornecem tais informações por meio de lançamento no Módulo Externo do Sistema de Candidatura, interligado ao Módulo Interno do Sistema, que alimenta a plataforma de divulgação.

A página inicial do *site* DivulgaCandContas viabiliza consulta, em âmbito nacional e por regiões do país, de eleições, eleições suplementares e das atas de convenção, contemplando, ainda, campo para validação de diploma. Há também opções de consultas individuais/contas eleitorais e acesso ao repositório de dados eleitorais (hoje Portal de Dados Abertos do TSE).

A página principal do ambiente de consulta dos requerimentos de registro de candidatura, propriamente, assim se apresenta:

- i) constam foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre, *site* das candidatas e dos candidatos. Há também a indicação dos limites legais de gastos para 1º e 2º turnos;
- ii) há *links* de consulta para a “lista de bens declarados” e “eleições anteriores”;

- iii) no campo “documentos” estão relacionadas a proposta de governo e as certidões de antecedentes criminais apresentadas com o RRC;
- iv) estão disponibilizados links que direcionam ao processo de registro do DRAP, aos autos de processo de registro da candidatura e de processo de prestação de contas, todos no Processo Judicial Eletrônico. O acesso às peças e aos documentos acostados a tais processos é amplo, conforme preconiza o art. 11, § 6º, da Lei nº 9.504/1997;
- v) no caso das candidaturas majoritárias, há indicação do vice/suplente, com opção de acesso aos respectivos dados.

Diante do contexto delineado, a indagação que se põe é: embora todos esses dados e informações se apresentem essenciais para a adequada tramitação dos processos DRAP e RRC (em vista do que quedam justificadas a sua coleta, seu processamento, seu armazenamento e sua avaliação), estão todos compreendidos no âmbito da finalidade eleitoral propriamente, para que se justifique a sua publicização (difusão) na plataforma DivulgaCandContas?

Em ordem a alcançar uma precisa resposta à *quaestio*, impende partir das diretrizes essenciais encampadas pela Lei Geral de Proteção de Dados, que, aqui, devem ser compreendidas à luz da realidade particularizada da dinâmica eleitoral.

O que essencialmente se almeja, portanto, é conceber um conceito de arcabouço de proteção de dados pessoais (cuja observância é mandatória à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 13.709/2018) customizado às nuances específicas do processo eleitoral, e mais propriamente ao processo de registro de candidatura.

A garantia de proteção de dados pessoais não está inserida em uma realidade estanque, imutável, paralisada.

O atendimento aos requisitos legais para o adequado tratamento não é passível de flexibilização, mas as matizes das situações concretas podem, à evidência, impactar no enfoque da abrangência daquelas garantias.

Se é certo que, em um determinado contexto, a proteção de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis se faça premente, sob a ótica da regra geral de minimização das hipóteses de tratamento (que preconiza a necessidade de tratar dados em situações estritamente necessárias, respaldada por finalidade específica e por meios adequados, consoante o art. 6º da LGPD), também se deve ter em mente a possibilidade de emergir panorama a justificar a adoção de visão mais alargada quanto às operações de tratamento.

À guisa de exemplo, registrem-se os dados referentes à filiação partidária, abarcados na noção de dados pessoais sensíveis, consoante o art. 5º, II, da LGPD.

Em regra, o tratamento das informações relacionadas aos vínculos de filiação partidária reclama proteção ainda mais robusta, na forma do que estatui o art. 11 da LGPD.

Sem embargo, transportando-se a concepção de tratamento de dados de filiação partidária para a seara da Justiça Eleitoral, mais precisamente para dentro da dinâmica do processo de registro de candidatura, não há como se escapar da necessidade de publicizar tais vínculos, sob pena de se negar ao eleitorado o direito básico de informação acerca do viés político abraçado por aqueles que intentam alcançar a condição de mandatárias e mandatários e, ainda, pela circunstância de não existirem candidaturas avulsas.

É dizer – a dinâmica do processo eleitoral de registro de candidatura reclama a disponibilização de informações necessárias e suficientes à formação do convencimento do eleitorado e à fiscalização da lisura, da legitimidade e da normalidade do pleito, empoderando-se o controle social. Para que todas essas garantias sejam asseguradas é que se mantém a Plataforma DivulgaCandContas, cujo formato já seguiu descrito em linhas anteriores.

Pois bem.

Demarcados tais limites e fixadas as necessárias premissas, passa-se à análise das conclusões alcançadas pelo GT-Cand e das ponderações/contribuições aportadas pelos participantes da audiência

pública promovida no mês de junho de 2022, tudo no intento de equacionar as questões que nortearam o desenrolar de tal ato.

O exame do formato ora adotado quanto à página inicial da plataforma DivulgaCandContas sinaliza a necessidade de continuidade de publicização de todos os dados pessoais ali disponibilizados.

Alguns são fundamentais à precisa identificação da pessoa candidata – foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, nacionalidade/naturalidade, partido político/coligação/federação pelo qual concorre.

Outros podem interferir na predileção do eleitorado por uma ou outra opção na urna – gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação.

Há ainda dados que podem indicar a incidência de causas impeditivas ao êxito do pedido de registro de candidatura, tal como ocorre com a indicação do estado civil da pessoa candidata, e dados que, consoante ressaltado pelo Data Privacy Brasil na audiência pública de junho de 2022, podem viabilizar o controle social da implementação de políticas públicas, a exemplo das informações referentes a gênero e cor/raça.

Nessa senda, dúvidas não ressaem quanto à vinculação da publicação dos dados pessoais à patente finalidade de informar o eleitorado e de garantia de transparência e integridade do processo eleitoral de registro de candidatura, em vista do que se faz necessária a sua difusão em meio ao eleitorado.

Citam-se, por oportuno, que manifestações de vários participantes da audiência pública orientaram-se nesse sentido, como se extrai das contribuições por escrito apresentadas por Daniel Falcão, pela Abradep, pelo Open Knowledge Brasil, pelo DataPrivacy Brasil, pelo InternetLab, pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, pelo Instituto Liberdade Digital e pela Transparência Brasil.

Situação distinta é a que se coloca a partir da análise da extensão da publicização de dados pessoais no sistema Processo Judicial Eletrônico.

Hoje, conforme já consignado, os processos DRAP e RRC não obedecem ao padrão estabelecido na Res.-CNJ nº 121/2010, que fixa parâmetros de acesso a dados processuais nos moldes “consulta pública”, a saber – número, classe e assuntos do processo; nome das partes e de seus advogados; movimentação processual; inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos.

Prevalece o entendimento de que legislação particularizada aplicável à Justiça Eleitoral é a consubstanciada na Lei das Eleições, que impõe à Justiça Eleitoral o dever de franquear acesso às interessadas e aos interessados aos documentos apresentados para fins de instrução do RRC (art. 11, § 6º), e isso porque é a partir do acesso aos autos que se pode viabilizar o oferecimento de impugnação ao pedido de registro e de notícia de inelegibilidade (art. 3º da Lei Complementar nº 64/1990 e art. 34, III, da Res.-TSE nº 23.609/2019).

Portanto, há acesso irrestrito a todo o conteúdo do processo – requerimento de registro de candidatura, documentos anexos (cópias dos documentos de identificação – RG, CPF, título de eleitor –, comprovante de escolaridade, comprovante de residência).

Conquanto assim se mantenha o acesso ao PJe para fins de atendimento ao preceito constante da Lei das Eleições, não se pode perder de vista a possibilidade de a situação hoje posta ensejar exposição excessiva de dados pessoais, como ressaltado pelo Partido Democrático Trabalhista nas manifestações que aportou ao debate.

Reconhecer ao eleitorado a prerrogativa de bem conhecer o perfil de candidatas e candidatos não permite concluir pela legitimidade de acesso a dados que dizem com a própria intimidade e vida privada das pessoas candidatas e que não encerram influência na escolha pelo eleitorado e na transparência do processo eleitoral.

Foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre são dados intrinsecamente relacionados ao cumprimento de dever de informação para com o eleitorado.

De outro giro, a disponibilização de informações de documento de identificação pessoal, de endereços residenciais, contatos telefônicos particulares e endereços de *e-mail* extrapola o cumprimento daquele encargo e pode gerar contexto de insegurança e vulnerabilidade àqueles cujos dados foram expostos, e até mesmo a seus familiares, como rememorou o Instituto Legal Grounds.

Situação similar se detecta na lavratura de atas de convenções partidárias nas quais, por muitas vezes, são consignados dados pessoais que excedem as informações de registro obrigatório no documento, na forma do que estabelece o art. 7º da Res.-TSE nº 23.609/2019.

Portanto, à luz dos avanços tecnológicos atualmente experimentados, urge reformular o formato de disponibilização de documentos acostados ao PJe e até mesmo, eventualmente, de documentos expedidos pelo sistema, para adequá-lo à disciplina de proteção de dados encampada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

As ferramentas de inteligência artificial que permitem o mascaramento de dados e/ou de pseudoanonimização são plenamente aplicáveis ao propósito suscitado, direcionando-se a suprimir, na íntegra ou parcialmente, a exibição de dados que não estejam alinhados com as finalidades referidas.

Nessa linha, as contribuições de vários participantes da audiência pública, a exemplo de Open Knowledge Brasil, Transparência Brasil, Partido MDB, Abradep, Patrícia Peck e da Procuradoria-Geral Eleitoral.

O mesmo raciocínio deve ser aplicado às certidões de antecedentes criminais. Trata-se de documento cujo teor muito pode esclarecer o eleitorado, impondo-se assegurar o amplo acesso desse conteúdo ao eleitorado.

Sem embargo, o que se verifica é que os formatos de certidões são extremamente diversificados. Algumas contemplam dados estritamente necessários à identificação da pessoa candidata (como nome e número de CPF pseudoanonimizado), enquanto outras espelham vasto cabeçalho com indicação de dados pessoais.

Aqui cabe renovar a proposta de lançar mão de ferramenta de inteligência artificial que opere mascaramento e/ou de pseudoanonimização de dados, evitando-se a exibição indevida de informações relacionadas com a intimidade da pessoa candidata.

Para além disso, deve-se registrar a sugestão suscitada por participantes da audiência pública (Open Knowledge Brasil, InternetLab, DataPrivacy Brasil, Partido MDB) na linha de se buscar padronização nacional no modelo de certidões de antecedentes criminais, que abranja quantidade mínima de dados pessoais e apenas os suficientes a evitar homonímias. A proposta já foi formalizada pelo TSE junto à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, por meio do SEI nº 2022.00.000008730-6.

Por fim, no que toca aos possíveis ajustes no formato da relação de bens que deve ser apresentada pelas pessoas candidatas juntamente com o RRC, observa-se que a própria Res.-TSE nº 23.609/2019 já definiu padrão mais enxuto do documento, o qual deve se limitar à indicação do bem e do valor declarado perante a Receita Federal, mediante instrução que ensejou a publicação da Res.-TSE 23.675/2021, de natureza alteradora, aprovada, à unanimidade, pelo plenário desta Corte em dezembro de 2021 e com trâmite plenamente balizado pelo teor da Res.-TSE nº 23.472/2016.

Conquanto a Justiça Eleitoral nunca tenha solicitado pormenorização das informações relacionadas aos bens, não era raro detectar relações de bens em que consignadas informações de endereços de imóveis, bancárias, de veículos, em vista do que se mostrou medida mais adequada à preservação da intimidade de pessoas candidatas a inibição do campo “descrição de bens”.

Ao cabo, impende assentar que temos hoje no Brasil uma cultura de proteção de dados em construção.

Nem sempre é simples alcançar respostas para dilemas que tangenciam valores tão caros como a garantia de transparência e a proteção dos interesses de titulares de dados pessoais, já alçada à condição de direito fundamental (art. 5º, LXXIX, da Constituição da República Federativa do Brasil).

Para todos os submetidos à vigência da LGPD impõe-se a árdua missão de reflexionar sobre a nova leitura a se imprimir a máximas e conceitos há muito estabelecidos, em vista da concepção de novas garantias bastante atreladas à marcante disrupção tecnológica que se observa nas últimas cinco décadas e que gerou impactos espraiados para toda a dinâmica social.

Hoje, na realidade da administração pública, dissemina-se a “providência zero” voltada à ponderação e à equalização entre os imperativos de transparência e garantia de controle social quanto ao trato da *res publica* e à adoção de mecanismos e ferramentas que salvaguardem os interesses de titulares de dados pessoais, a qual não pode buscar respostas binárias ou excludentes, mas que se deve voltar, sobremaneira, a calibrar e balancear dispositivos de leis que, em condições de igualdade, estão em harmonia com o texto constitucional.

A Justiça Eleitoral opera tratamento de dados pessoais no exercício de todas as suas competências e mantém bancos que revestem magnitude até mesmo no plano internacional.

Não há equívoco em se afirmar que o repositório de dados de eleições (hoje hospedado no Portal de Dados Abertos do TSE) representa valioso arquivo da vida política de todo o país e que serve à sociedade como um todo (para além da utilidade mais proximamente atrelada às funções de historiadores, estatísticos e da mídia em geral).

Para além disso, cumpre rememorar que o processo eleitoral, como condição de evolução democrática, está em constante processo de construção e amadurecimento, não se podendo cogitar do seu exaurimento em cada ciclo operado. Assim, as informações de cada pleito seguem intercambiadas e podem ser úteis à melhor compreensão da dinâmica das eleições que sejam presentes, das já finalizadas e das que estejam no campo do porvir. O amadurecimento democrático depende, inclusive, do equilibrado trâmite de tais informações, que podem seguramente conceder ao eleitorado uma abordagem mais precisa dos perfis das pessoas candidatas.

Diante de tal constatação, não soa razoável impor limitações no acesso a tais dados, quer se refiram a candidatos eleitos ou não eleitos, com fixação de recortes temporais para que as informações referentes a candidaturas sigam expostas por um determinado intervalo temporal.

A pavimentação do caminho de balanceamento entre a transparência e a proteção de dados pode até indicar, mais adiante, que tal providência se faça necessária. Porém, apenas com o aprimoramento e a verticalização dos debates atinentes à temática é que será possível adotar alternativa de viés mais limitador.

Por ora, a viabilidade no acesso dos dados, com os ajustes previamente propostos, para além do período propriamente eleitoral, é a que desponta como alternativa melhor abalizada.

Cumprе assinalar, ainda, que as propostas aqui assentadas intentam aprimorar a jurisprudência que vem se consolidando nesta Corte quanto aos pedidos de retirada de dados da plataforma DivulgaCandContas, a exemplo dos apreciados no acórdão proferido no PA nº 0600448-51.2019, de relatoria do Ministro Og Fernandes, e mesmo nestes autos.

Aquelas decisões pela retirada de dados pessoais da plataforma se embasaram no imperativo de resguardo à intimidade e à vida privada de pessoas candidatas, considerando exatamente que hoje há dados cuja publicização extrapola a finalidade de informar o eleitorado e de possibilitar o controle social.

Uma vez efetuados os ajustes alvitrados, em especial quanto aos documentos lançados no PJe (inclusive certidões de antecedentes criminais), operando-se tarjamento/pseudoanonimização de dados, quedarão disponibilizados dados essencialmente relacionados à dinâmica do processo eleitoral de registro de candidatura e à manutenção de uma série histórica de importância indiscutível para toda a sociedade.

Diante do exposto, voto no sentido de que seja mantida a publicização dos dados pessoais de candidatas e candidatos que hoje constam da plataforma DivulgaCandContas (foto, nome completo, data de nascimento, gênero, cor/raça, estado civil, nacionalidade/naturalidade, grau

de instrução, ocupação, partido político/coligação/federação pelo qual concorre).

Ademais, devem ser averiguados, com a urgência que a situação requer, os padrões para contratação de ferramentas de mascaramento/pseudoanonimização de dados pessoais, com atuação do Grupo Técnico – Inteligência Artificial – constituído pela Presidência desta Corte pela Portaria nº 156/2021, inclusive com aproveitamento de pesquisas que já tenham sido realizadas quanto à hipótese até o presente momento, tudo para aplicação das referidas ferramentas na adequação dos documentos constantes dos Requerimentos de Registro de Candidatura - RRCS e Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários - DRAPS no Sistema Processo Judicial Eletrônico. Ultimadas tais providências, devem ficar disponibilizados na plataforma todos os dados de candidaturas.

No tocante ao formato da declaração de bens, voto pela manutenção do formato encartado no art. 27, I, da Res.-TSE nº 23.609/2019 e, por fim, assento a não aplicabilidade de imposição de recorte temporal à divulgação dos dados e informações nos moldes ora propostos, sem prejuízo de revisitação do tema à vista dos desdobramentos que advenham da implementação das diretrizes da LGPD e da possibilidade de serem idealizadas e implementadas outras ferramentas de aperfeiçoamento da plataforma DivulgaCandContas.

Determino que seja acostada a estes autos a degravação da audiência pública de 2 e 3 de junho de 2022, que consta do Processo SEI nº 2022.00.000004605-7, Documento 2069717.